

Rotina do Congresso confirma pesquisa

BRASÍLIA — A tese dos pesquisadores pode ser comprovada todos os dias no Congresso. Há duas semanas, o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, farto da confusão em torno do Banco Econômico, foi ao presidente Fernando Henrique Cardoso pedir o envio dos projetos de regulamentação da Ordem Econômica ao Congresso para retomada da pauta, paralisada desde o fim do primeiro semestre. Hoje, ele próprio reconhece que a falta de matérias não é responsabilidade exclusiva do Executivo.

— Fiscalizar e legislar é poder que não acaba mais, mas para isso precisamos de dados. Veja, por exemplo, a reforma tributária. Como preparar um projeto exclusivo do Legislativo se não temos todos os dados do Governo? E as assessorias? No momento, nosso ponto mais vulnerável é salário. Um técnico ga-

nharia R\$ 1,1 mil. Como conseguir técnicos altamente especializados com este salário?

O líder do PDT, deputado Miro Teixeira (RJ), avalia que muito poderia ser feito, mesmo com a atual estrutura do parlamento.

— Nós vivemos hoje num parlamento sem funções. No Brasil, há uma aparência de funções democráticas tradicionais, com os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), mas na prática isso não acontece. O Legislativo deixou de funcionar como um poder autônomo independente. Estamos diante de uma novíssima forma de autoritarismo, onde o Executivo comanda tudo e o Legislativo apenas discursa ao vento — diz Miro.

Miro não é o único a reclamar. O vice-presidente do PFL, deputado José Jorge (PE), cansou de esperar pela regulamentação das emendas da Ordem Econômica. Ele já está elaborando um proje-

to com normas para abertura da navegação de cabotagem e interior a navios de bandeira estrangeira.

Um dos mais otimistas em relação ao papel do parlamento é o senador Roberto Freire (PPS-PE). Na opinião dele, o estudo dos cientistas não é tão preciso quanto parece. Com dados em mãos, ele aponta que nenhum projeto do Governo foi aprovado sem alterações. As próprias emendas da Ordem Econômica aprovadas no primeiro semestre foram modificadas.

— A iniciativa do Executivo pode ser mais forte, mas o Legislativo tem modificado muita coisa. Nosso único problema são as medidas provisórias. O Congresso tem que aproveitar que o presidente utiliza pouco esse mecanismo e aprovar logo as que estão na Casa, para restringir ao máximo a edição de novas MPs — destaca Freire. (D.R.)